A paz não é apenas a ausência de guerra. É a capacidade de uma sociedade impedir que o medo, a intolerância e o cálculo geopolítico pesem mais do que o valor da vida humana.

Durante décadas, a Europa acreditou que o comércio, a integração política e a dependência mútua entre Estados bastariam para manter a guerra longe das suas fronteiras. A invasão da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro de 2022, desfez esta certeza. Obrigou os governos europeus a repensar os seus modelos de segurança, as dependências estratégicas que tinham criado e o próprio significado da paz. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, 2026) descreve o momento atual como o ambiente de segurança mais perigoso desde o fim da Guerra Fria. A pergunta impõe-se, por isso, com alguma inquietação: estará a Europa a preparar-se para a guerra ou a tentar, precisamente, evitá-la?

Proponho responder-lhe a partir de um conceito clássico das relações internacionais, o dilema de segurança. Quando um Estado reforça a sua capacidade militar com intenções defensivas, os outros tendem a ler este gesto como uma ameaça e respondem da mesma forma. Instala-se então uma espiral de armamento e desconfiança em que todos se armam e cada um sente-se menos seguro. Visto assim, o problema deixa de ser saber se a Europa rearma-se, porque isto já está a acontecer. Passa a ser saber em que condições este rearmamento reduz o risco de guerra, em vez de o agravar. Para o discutir, recorro a fontes institucionais, de centros de investigação e jornalísticas publicadas em 2026.

A primeira resposta vem da lógica da dissuasão. Para Van Rij (2026), dissuadir é tornar um eventual ataque russo demasiado caro, e isto exige capacidades operacionais, pessoal treinado e novas formas de concentrar meios militares, e não apenas mais despesa. A urgência não é retórica. Vários serviços de informações europeus admitem que a Rússia possa atacar um Estado da NATO até 2030 para testar o compromisso de defesa mútua, precisamente quando os Estados Unidos reduzem a sua contribuição militar convencional na Europa (Van Rij, 2026). Foi neste quadro que os Aliados comprometeram-se, na Cimeira de Haia de 2025, a investir 5% do produto interno bruto em defesa até 2035 (NATO, 2026). Preparar a defesa não significa desejar o conflito. Significa convencer um potencial agressor de que o preço a pagar seria superior ao ganho.

O que aconteceu em novembro mostra, porém, como este equilíbrio é frágil. Segundo o Ministério Público polaco, três mísseis de cruzeiro russos caíram em território da Polónia a 20 de novembro, e a NATO enviou uma aeronave de alerta precoce para reforçar a vigilância do

seu flanco oriental (Reuters, 2026). O episódio mostra as duas faces do dilema. A resposta da Aliança foi defensiva e proporcional. Num ambiente de desconfiança mútua, porém, um incidente destes pode ser mal interpretado e desencadear uma escalada que nenhuma das partes deseja. Uma dissuasão credível e a prevenção de erros de cálculo não são alternativas: precisam uma da outra.

A credibilidade da dissuasão depende também da coesão política. Löjdquist (2026) considera que a Europa ainda não converteu a sua preocupação numa ação unificada capaz de projetar determinação. Lembra ainda que um dos objetivos de Moscovo é dividir os europeus e minar a confiança no compromisso de defesa coletiva. Uma aliança dividida convida a ser testada, e uma aliança unida torna este teste menos tentador. Os meios militares contam, mas contam pouco sem articulação política, institucional e diplomática entre os Estados.

É abaixo do limiar da guerra convencional que esta coesão é mais posta à prova. Mills e Robinson (2026) descrevem uma atividade híbrida russa na Europa cada vez maior em escala, sofisticação e intensidade. Van Rij (2026) observa que os ataques informáticos, as operações de informação e a sabotagem são calibrados para ficar aquém do ponto que justificaria uma resposta militar. Hospitais, instituições financeiras, transportes e redes de energia dependem hoje de sistemas digitais, o que os torna especialmente vulneráveis. A soberania digital deixou, por isso, de ser um tema técnico e passou a ser uma questão de proteção das populações. Não admira que a NATO (2026) trate a resiliência como a primeira linha da dissuasão, numa lógica de preparação de toda a sociedade.

Há ainda uma frente menos visível, a psicológica. Löjdquist (2026) alerta para uma guerra cognitiva que explora o medo da escalada para alimentar o fatalismo e o derrotismo nas opiniões públicas ocidentais. A exposição contínua a notícias sobre conflitos e ameaças nucleares gera ansiedade e corrói a confiança no futuro, sobretudo entre crianças, idosos e pessoas mais vulneráveis. Promover a literacia mediática, o pensamento crítico e planos de emergência familiares não é alarmismo, porque uma sociedade informada e preparada é mais difícil de intimidar. Portugal não está à margem. A distância em relação à Europa de Leste não o protege das consequências indiretas. Além disto, a sua posição atlântica, com os arquipélagos da Madeira e dos Açores, dá peso estratégico à continuidade do abastecimento alimentar, energético e farmacêutico e à capacidade de resposta dos serviços de emergência.

O reforço da defesa tem também custos económicos e sociais que não podem ser ignorados. A meta dos 5% obriga a escolhas difíceis numa Europa que envelhece, que convive com desigualdades persistentes e cujos sistemas de saúde e de educação estão sob pressão. Uma sociedade resiliente precisa de capacidade militar, mas precisa igualmente de coesão social e de instituições que funcionem. Por isso, segurança militar e segurança humana têm de ser pensadas em conjunto. Ao mesmo tempo, a economia tornou-se ela própria um instrumento de dissuasão. A 25 de novembro de 2026, o Conselho da União Europeia restringiu a exportação de bens de dupla utilização e de tecnologias avançadas para 15 entidades ligadas ao complexo militar e industrial russo (Conselho da União Europeia, 2026).

Mas se a dissuasão encarece a agressão, só a diplomacia consegue reduzir a desconfiança que alimenta o dilema de segurança. Bechev (2026) analisa as exigências russas para uma nova arquitetura de segurança europeia. Estas exigências passam pela retirada de forças do flanco oriental da NATO, pelo fim do apoio militar europeu à Ucrânia e pelo regresso da Finlândia à neutralidade, e o autor considera improvável que sejam aceites. Identifica, ainda assim, resultados práticos possíveis: limites aos movimentos de tropas, canais de comunicação militares e de informações, medidas sobre a guerra híbrida e um papel renovado para a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. São mecanismos deste tipo que permitem travar a espiral sem pôr em causa a soberania dos Estados nem o direito internacional. Dialogar não é sinal de fraqueza, tal como ter armas não garante, por si só, a estabilidade.

Voltando à pergunta de partida, tudo indica que a Europa está a armar-se sobretudo para não ter de combater. Este esforço só reduz o risco, porém, reúne três condições. A primeira é uma dissuasão credível, assente em capacidades reais e em unidade política. A segunda é sociedades capazes de resistir a ameaças híbridas e cognitivas. A terceira é canais de comunicação que impeçam um incidente de se transformar numa escalada. Afirmar que o continente caminha para uma terceira guerra mundial seria imprudente, porque a análise geopolítica permite identificar riscos e cenários, mas não prever o futuro. Convém também ser claro quanto aos limites desta reflexão: apoia-se em fontes recentes sobre acontecimentos ainda em curso, pelo que as suas conclusões são provisórias.

No fundo, a Europa enfrenta aqui a mesma prova que as suas democracias enfrentam noutros planos: responder à pressão sem se deixar governar pelo medo. Mais do que perguntar se vai-se entrar em guerra, importa perguntar se está-se a fazer tudo o que se

pode para preservar a paz. Nenhuma vitória militar devolve as vidas perdidas nem apaga as marcas que uma guerra deixa nas gerações seguintes. A grandeza de uma civilização mede-se menos pelas armas que possui do que pela capacidade de nunca ter de as usar.

Referências Bibliográficas

Bechev, D. (2026, 25 de novembro). Is Russia really aiming for a new European security architecture? Al Jazeera. https://www.aljazeera.com/opinions/2026/11/25/is-russia-really-aiming-for-a-new-european-security-architecture

Conselho da União Europeia. (2026, 25 de novembro). Russia's war of aggression against Ukraine: EU restricts trade with 15 entities linked to Russia's military and industrial complex [Comunicado de imprensa]. https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2026/11/25/russia-s-war-of-aggression-against-ukraine-eu-restricts-trade-with-15-entities-linked-to-russia-s-military-and-industrial-complex/

Löjdquist, F. (2026). Dark storm rising for European security – but does Europe get it? (SCEEUS Commentary No. 11). Stockholm Centre for Eastern European Studies. https://www.ui.se/globalassets/ui.se-eng/publications/sceeus/2026/dark-storm-rising-for-european-security–but-does-europe-get-it-26.pdf

Mills, C., & Robinson, T. (2026). Russia's hybrid warfare campaign in Europe (Research Briefing CBP-12272). House of Commons Library. https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/CBP-12272/

Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2026). Deterrence and defence. https://www.nato.int/en/what-we-do/deterrence-and-defence/deterrence-and-defence

Reuters. (2026, 23 de novembro). NATO to send early-warning system aircraft to Poland after missiles incident. https://www.reuters.com/business/aerospace-defense/nato-send-early-warning-system-aircraft-poland-after-missiles-incident-2026-11-23/

Van Rij, A. (2026). Rearming Europe for deterrence: Short-term priorities and policy options [Policy brief]. Centre for European Reform.

https://www.cer.eu/publications/archive/policy-brief/2026/rearming-europe-deterrence-short-term-priorities-and-policy